

Cortes surpreenderam até ministros

Josemar Gonçalves — 23/6/96

SÍLVIA MUGNATTO

BRASÍLIA — Embora tenha prometido não cortar gastos com assistência social e educação, o governo não perdoou essas áreas na edição do pacote fiscal. Elaborado por meia dúzia de técnicos dos ministérios da Fazenda e do Planejamento, o pacote acabou desagradando a alguns ministros.

No caso da educação, o governo fez corte de R\$ 100 milhões nos programas de bolsas de ensino. No caso das aposentadorias, manteve em 70 anos, em 1998 e 1999, a idade mínima para que idosos carentes requeiram o benefício assistencial de R\$ 120. Essa idade deveria cair para 67 anos em 98. O benefício é regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social, conhecida como Loas que, por sua vez, regula dispositivo previsto na Constituição do país.

O governo suspendeu a concessão de novos benefícios por três meses. Na segunda-feira, dia do anúncio das medidas, o ministro da Previdência, Reinhold Stephanes, foi convocado para explicar as mudanças na Loas. O problema é que o próprio ministro recebeu com surpresa a suspensão da concessão: "Isto não está claro para mim porque não partiu daqui a sugestão de fixar prazos", confessou Stephanes.

Segundo a assessoria de Stephanes, a Previdência apenas operacionaliza a concessão dos benefícios da Loas, mas o dinheiro e as regras de concessão são de responsabilidade do Tesouro Nacional. O curioso é que o secretário do Tesouro, Eduardo Guimarães, mandou dizer nunca ouviu falar de Loas.

Uma das poucas sugestões da Previdência para o pacote — o fim da isenção previdenciária para entidades filantrópicas das áreas de Saúde e Educação — não entrou no conjunto de medidas.

Na Secretaria da Receita Federal, aconteceu o mesmo. Chamados à última hora para fazer sugestões, os técnicos da Receita tiveram a maioria de suas sugestões rejeitada pela equipe econômica, além de terem ficado com o ônus da medida mais antipática do pacote, da qual

não participaram: o aumento do Imposto de Renda.

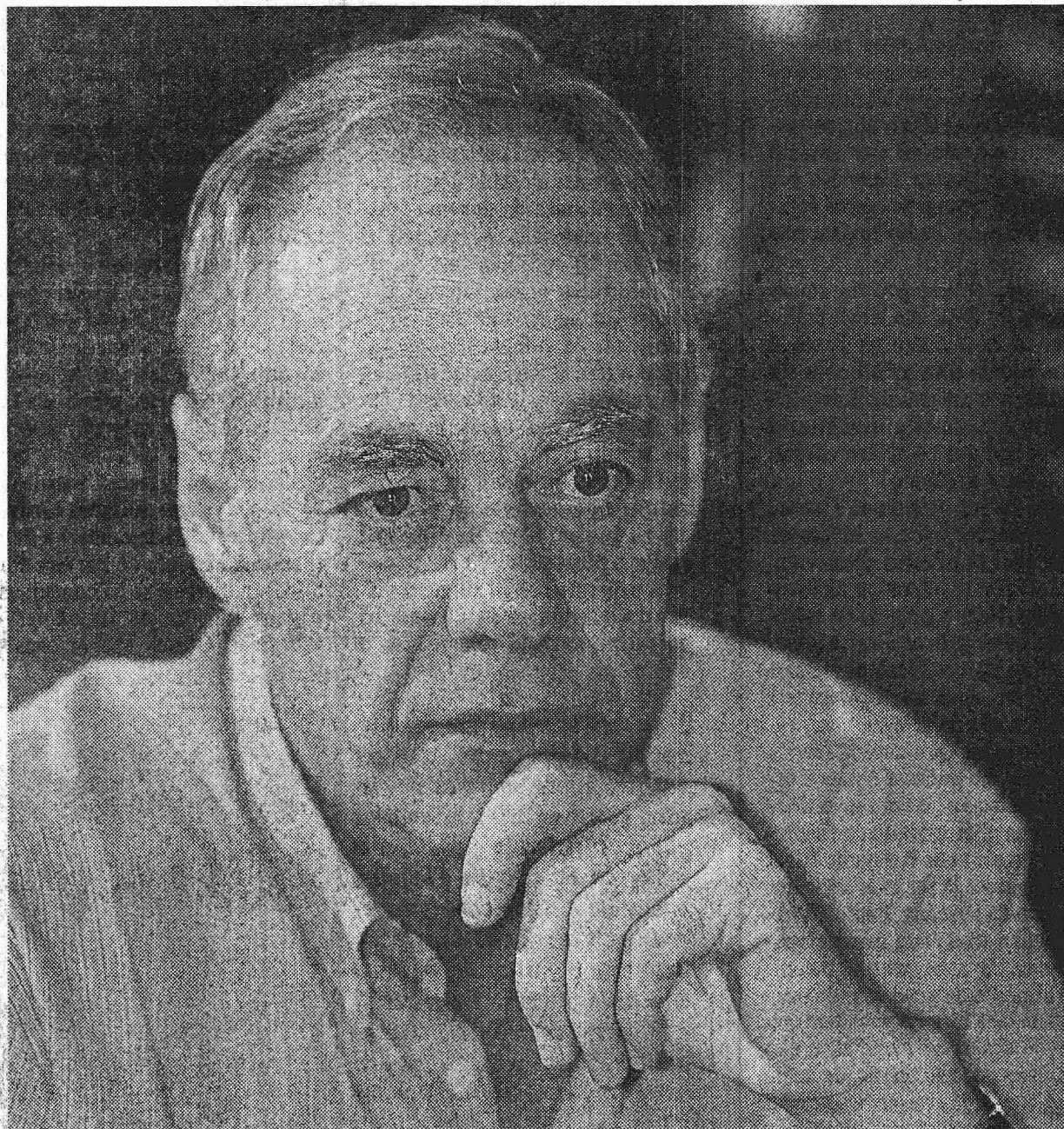
A Receita Federal não havia concluído, até o início da noite de ontem — portanto, três dias depois de lançado o pacote —, a medida provisória que trata de aumento de imposto, porque o próprio governo não tinha consenso sobre o que deveria ser incluído no texto. Segundo um dos assessores do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, "mandaram cortar muita coisa, mas agora estão reavaliando".

O impacto fiscal das medidas a cargo da Receita é de R\$ 2,57 bilhões, entre os R\$ 18,22 bilhões previstos a partir dos cortes e do aumento de imposto. Na segunda-feira, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, disse que o impacto deveria ser de, no mínimo, R\$ 19,72 bilhões, por conta de medidas que viriam a ser anunciadas ao longo daquele dia. Porém, nada foi anunciado até agora. Do total de R\$ 18,22 bilhões, R\$ 6 bilhões dependem de aprovação do Congresso.

Até ontem, os assessores do ministro da Fazenda, Pedro Malan, não quiseram confirmar se serão cortados 50% de todos os incentivos fiscais setoriais e regionais — entre os quais a isenção de IR que as empresas têm na concessão de ticket-refeição e vale-transporte.

A medida provisória da Receita deve também dar fim à isenção fiscal de entidades de saúde, ensino e desportos (escolas e hospitais parti-

■ A primeira-dama Ruth Cardoso, responsável pelo programa Comunidade Solidária, afirmou ontem que o pacote fiscal lançado pelo governo em nada vai alterar o plano de gastos na área que coordena. "Por que deveria? O programa Comunidade Solidária se sustenta em parcerias com a iniciativa privada e se centra em projetos de baixo custo", afirmou a primeira-dama. Ruth Cardoso lamentou que a máquina pública não tenha a mesma eficiência das empresas privadas em programas assistenciais de parceria.



Stephanes recebeu com surpresa o anúncio da suspensão dos benefícios aos idosos: "Não partiu daqui"